

## **O Forte Real do Bom Jesus: um Marco da Resistência à Invasão Holandesa**

**Marcos Albuquerque; Velda Lucena; Rubia Nogueira**  
**Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco**

[marcos@magmarqueologia.pro.br](mailto:marcos@magmarqueologia.pro.br);

[veleda@magmarqueologia.pro.br](mailto:veleda@magmarqueologia.pro.br);

[rubia\\_nogueira@yahoo.com.br](mailto:rubia_nogueira@yahoo.com.br)

O sistema colonial europeu se encontrava em plena efervescência quando problemas enfrentados na Europa, sobretudo entre Espanha e Holanda, motivaram os holandeses a tentar a conquista, em 1630, da Capitania de Pernambuco. Não fora esta a primeira tentativa holandesa de ocupação de terras no “Novo Mundo”. Holandeses, franceses, ingleses, seguidamente haviam buscado estabelecer pontos de comércio ou mesmo colônias incipientes em diferentes pontos do litoral e mesmo na Amazônia. Os holandeses, de certa forma parceiros comerciais dos portugueses, mas inimigos de Espanha, viam-se tolhidos face a União das Coroas Ibéricas. Na iminência de perder o comércio açucareiro, os holandeses buscaram ocupar os principais centros produtores do Novo Mundo. Inicialmente buscaram ocupar a Bahia (1625) e posteriormente Pernambuco (1630).

Apesar da grande produtividade de sua colônia, o sistema defensivo português, nas terras do Brasil, corria em sua maior parte, às expensas dos senhores de terra. Os senhores de engenho, mais preocupados em implementar seus engenhos, afrouxavam os cuidados com a construção de fortificações, e com seu reparo e armamento, a despeito das Ordenações. Assim, a defesa era débil, sobretudo considerando as dimensões continentais do território, a extensão do litoral, os incontáveis portos. Em Pernambuco, Recife fora precariamente guarnecida. Um pequeno forte sobre a laje na embocadura do porto, cruzando fogo com um forte em terra firme. Defesas incapazes de fazer face à armada arrematada pela Companhia das Índias.

A História de Olinda e Recife se confunde com a História da colonização portuguesa em Pernambuco. Epicentro dos principais eventos históricos da Capitania, Recife conta hoje com 471 anos. Originalmente fora uma minúscula povoação de mareantes e pescadores que viviam em torno da ermida de São Frei Pedro Gonçalves, denominada de Corpo Santo. Cresceu com a implantação dos armazéns, sobretudo de açúcar, e a população relacionada ao porto. Nos primeiros anos de colônia, transformou-se no porto de maior movimento da América Portuguesa, escoadouro principal das riquezas da mais promissora de todas as capitanias. Tal riqueza que logo despertou a cobiça de povos estrangeiros, e que fez do Recife alvo dos piratas. Franceses e ingleses que, na segunda metade do século XVI, freqüentavam a costa pernambucana a fim de comerciar com os nativos e mesmo saquear a Vila.

Em 1630, a povoação do Recife se compunha de 150 casas, a maior parte armazéns ou depósitos de gêneros produzidos e comercializados no país. Depois de Olinda e Igarassu, era a mais populosa da Capitania.

A esta época, utilizando a maior esquadra que até então cruzara a linha do Equador, formada por 65 embarcações e 7.280 homens, os holandeses vieram se instalar na antiga capitania duartina, iniciando uma dominação que se estendeu até janeiro de 1654.

Matias de Albuquerque, que então respondia pelo governo de Pernambuco, retornara da Europa ciente da iminência do ataque holandês. Prevendo que o porto seria o alvo principal, buscou, em caráter de emergência re-estabelecer suas defesas. O forte do Picão, sobre os arrecifes, na entrada da barra, muito exposto, era muito pequeno até para comportar uma artilharia mais pesada; o forte de São Jorge, em terra firme, muito antigo e avariado, pouca resistência poderia oferecer. Foi iniciada às pressas a construção de um novo forte, o de Diogo Paes, também próximo à barra. A chegada dos holandeses encontrou o forte ainda em construção. Quando suas paredes não ultrapassavam um metro de altura. Tomado pelos holandeses que ali montaram uma Bateria,

serviu de base para o ataque dos dois pontos fortificados que guarneciam a entrada do Porto. Posteriormente, sobre as bases do Diogo Paes, construíram os holandeses o Forte do Brum.

De início as tropas holandesas desembarcaram em Pau Amarelo, ao Norte de Olinda, sede da Capitania. Após pequena escaramuça no Rio Tapado, ocuparam a vila e transformaram o colégio jesuíta em seu quartel general. Pouco depois caía o porto do Recife.

Recuando para o interior, a resistência procurou isolar o acesso aos centros produtores de açúcar. Buscaram estabelecer um cerco em torno das áreas ocupadas, tolhendo através de emboscadas o acesso dos holandeses aos engenhos.

Dois bases fortificadas atendiam aos dois principais centros produtores: o das várzeas do Capibaribe e o das terras do sul, nas cercanias de Ipojuca.

O Forte Real do Bom Jesus (Arraial Velho) foi construído a quase uma légua de Recife e Olinda defendendo a estrada de acesso aos engenhos do Capibaribe. O Forte foi edificado em terra e resistiu durante cinco anos aos ataques das tropas holandesas (1630 -1635). Submetido a severo bombardeio, que praticamente o arruinou, capitulou após um longo cerco que durou três meses. Após a rendição o Forte foi totalmente destruído pelos holandeses. Esta unidade de defesa foi considerada um marco da resistência luso-brasileira contra os batavos. Após a destruição do Forte Real do Bom Jesus os portugueses continuaram resistindo a dominação holandesa.

Durante 24 anos, o Recife passou de “povoação acanhada” do século XVI e início do século XVII à capital do Brasil Holandês. Muito se fala dos melhoramentos obtidos, particularmente durante o governo do conde João Maurício de Nassau (1637-1644), governador do Brasil Holandês. O governador holandês implantou uma nova cidade na ilha de Antônio Vaz, onde estabeleceu a sede de seu governo, chamada Mauritsstad. A Ilha hoje chamada de Santo Antônio era em grande parte paludosa, recortada por manguezais. A cidade Maurícia foi planejada e construída segundo os moldes europeus, e suas águas drenadas por largos canais. Para isso, o conde contratou profissionais dispostos a transformar a sede do Brasil holandês em uma “cidade modelo”. O antigo Povo dos Arrecifes, assentado no istmo era coisa do passado.

Apesar dos esforços daquele Governador holandês em promover um convívio pacífico entre holandeses e luso-brasileiros, as tensões internas não se dissiparam. Com a mudança do governo holandês no Brasil e, sobretudo com a alteração havida em sua política, as tensões aumentaram, culminando em uma revolução contra o domínio holandês. Um ano após a saída de Maurício de Nassau o conflito armado já eclodira. A Insurreição Pernambucana marcava sucessivas vitórias, e suas tropas retomavam paulatinamente o território ocupado. Em 1645 foi construído o Forte Novo do Bom Jesus, em alusão ao “velho” que havia sido totalmente destruído em 1635.

A destruição do Forte Real do Bom Jesus foi de tal monta que quando no século XIX, o Imperador Pedro II, em sua viagem ao Nordeste do Brasil visitou o local em que existira o forte, comentou em seu minucioso diário: “no terreno já não expunha vestígios de sua forma.” Fato que o fez comentar sobre a falta de cuidado na preservação daquele patrimônio da cidadania dos primórdios do Brasil.

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, com base em pesquisas documentais reconstituiu o local em que existira o Forte Real do Bom Jesus, esquecido pela memória coletiva, e ali colocou um marco alusivo. O local é hoje conhecido como Sítio Trindade, de propriedade da Prefeitura do Recife.

## **AS PRIMEIRAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS**

A realização das primeiras pesquisas arqueológicas com o objetivo de localizar o Forte Real do Bom Jesus constituiu-se em um dos grandes marcos nas realizações da equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, que na época, 1968, denominava-se Setor de Arqueologia.

Varias razões validam esta afirmação:

1. Pouca experiência profissional, sobretudo na área de fortificação. O incipiente Setor de Arqueologia havia sido criado em 1965, portanto contava com apenas 3 anos de experiência;
2. A falta de recursos, materiais e humanos. Os equipamentos disponíveis na época eram escassos e precários. Prevalencia a intuição, persistência, e, sobretudo, obstinação. Ressalte-se, inclusive, a dificuldade de acesso à documentação textual e iconográfica existentes em grande parte apenas acessível em bibliotecas e centros de documentação europeus;
3. A ausência de vestígios superficiais que indicassem, ou sugerissem, a existência naquele local de uma estrutura fortificada, haja vista que, já por ocasião da visita de D. Pedro II, o mesmo declarou não ter visto vestígios daquela fortificação;
4. Dispúnhamos, naquela época, basicamente do Diário do então Donatário da Capitania<sup>1</sup>, e de alguma documentação secundária (ainda que de muito boa qualidade), como os trabalhos de José Higino e de José Antonio Gonçalves de Mello. Em particular aquele intitulado Cristovão Álvares, um Engenheiro em Pernambuco, que supostamente fora o construtor do Forte Real do Bom Jesus, a mando de Matias de Albuquerque. Nesta publicação, o autor apresenta o traçado da fortificação encontrado nos Arquivos de Haia, na Holanda. Atualmente, inclusive, temos algumas duvidas quanto à origem, e, sobretudo, como este documento português ficou registrado em Haia e não em Portugal. Como também é curioso que o “Compromisso Imortal”, assinado pelos insurretos, pouco antes do combate final ocorrido nos Montes Guararapes, tenha sido publicado na Holanda um ano antes da batalha, conseqüentemente permitindo aos holandeses o conhecimento prévio do nome de todos os chefes militares luso-brasileiros.

Partimos, portanto, de algumas premissas:

1. O Forte Real do Bom Jesus deveria ter sido construído em terra e circundado por um fosso;
2. O sítio não fora simplesmente abandonado e sim fora deliberadamente destruído, após a sua tomada pelos holandeses, em 1635;
3. Embora tivesse tido uma existência relativamente curta, (cerca de cinco anos), ali teria convivido um numero significativo de pessoas que durante a guerra deveriam ter trazido para o interior do forte, parte de seus pertences. Pressupúnhamos ainda que qualquer objeto que houvesse escapado ao bombardeio deveria ter ser alvo de saque. Isto se aplicando tanto aos apetrechos bélicos

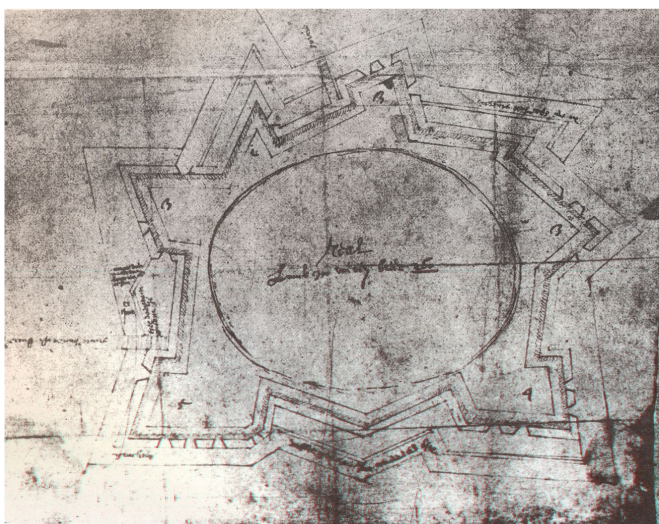


Figura 1 - Planta do Forte Real do Bom Jesus (1635) - Arquivo Geral do Reino (Haia).

quanto a objetos de uso doméstico ou pessoal. Esperava-se assim encontrar apenas fragmentos sem utilidade para os holandeses;

4. As estruturas do Forte, em quotas positivas, teriam sucumbido aos sucessivos ataques do inimigo, portanto o que poderia ser encontrado arqueologicamente seriam as estruturas que se encontrassem em quotas negativas, ou seja, o fosso;

5. Tais premissas conduziram a admitir-se que a estratigrafia seria a fonte mais segura para se identificar o local, a extensão e a forma real do Forte.

Como não se dispunha de vestígios materiais, iniciamos uma trincheira que teve início no topo da colina, seguindo em

<sup>1</sup> COELHO, Duarte de Albuquerque. Memórias Diárias da Guerra do Brasil. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. il. (Coleção Recife, 12).

direção às cotas mais baixas do terreno, e cuja profundidade atingiu 5 metros. Esta pesquisa, embora com poucos recursos, permitiu a identificação nítida da escarpa e contra-escarpa do fosso que circundava o Forte Real do Bom Jesus. A partir da análise da estratigrafia foi possível reconstituir-se sua largura e profundidade, além de grande quantidade de material arqueológico, tanto bélico, como de outras naturezas como cachimbos, faiança, etc..

Embora bem sucedida, esta campanha foi interrompida por falta de recursos. No ano seguinte, em 1969, ainda com o apoio da Prefeitura do Recife, foi realizada uma segunda campanha arqueológica, quando foi localizada parte de um fosso duplo e foi duplicada a área aberta do fosso.

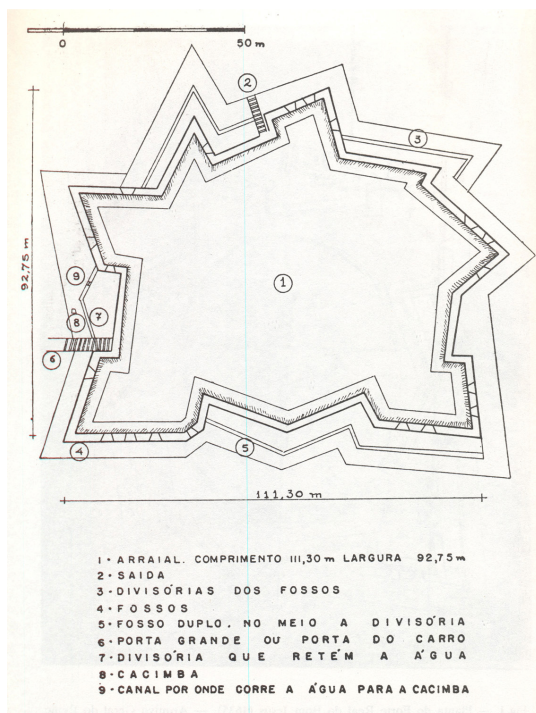


Figura 2 - Especificação da figura anterior.  
Publicada por Gonçalves de Mello, 1961.

Apesar de termos deixado o fosso nas condições que podem ser observadas na figura 4, o mesmo não foi devidamente preservado, estando praticamente obstruído por lixo, 20 anos depois.

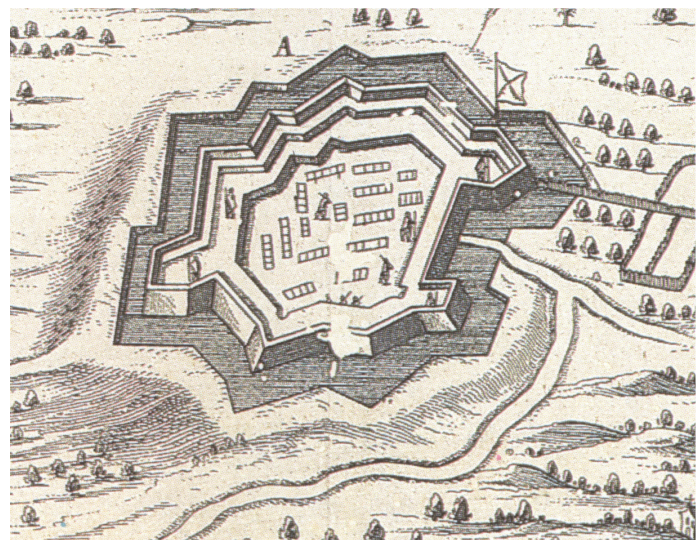


Figura 3 - Detalhe iconográfico dando a idéia de 3D como ainda da ocupação interna do forte.



Figura 4 - Nos 3 últimos meses, antes da queda do Forte Real do Bom Jesus, os holandeses montaram um cerco que obrigou os ocupantes do forte a permanecerem em seu interior, privados de alimentação e água.

A localização de grande parte das posições holandesas é mais um desafio para a arqueologia deste monumento a resistência brasileira aos holandeses, no século XVII. A elevação vista a esquerda desta planta, é o Morro da Conceição, que pode ser vista na figura 5. Muitos dos disparos de canhão desta posição atingiram a o Forte, e ficaram alojados na contra-muralha.



Figura 5 - Parte do fosso aberto durante as campanhas realizadas em 1968/69.

É lamentável que um monumento com tamanho significado histórico, além de ser um dos poucos monumentos em terra preservados no Brasil tenha sido abandonado, inclusive pela mesma Instituição que financiou o projeto inicial de resgate.

No ano de 1988 a mesma Prefeitura da Cidade do Recife, convocou o Laboratório de Arqueologia para desobstruir o fosso, que praticamente não se encontrava mais visível. O resultado desta terceira etapa deixou novamente este trecho do fosso com a aparência e dimensões encontradas nas campanhas anteriores. Fruto desta nova etapa escrevemos em 1988:

“Decorridos vinte anos da descoberta arqueológica do Forte do Arraial (velho) do Bom Jesus, teve início a terceira etapa das pesquisas. As duas primeiras campanhas, realizadas em 68/69 tiveram como objetivo a localização do monumento, do qual não restavam vestígios superficiais, e a ampliação do trecho do fosso recuperado arqueologicamente. Ao longo dos anos houve um reentulhamento da sua porção escavada resultante de ações conjugadas de gênese natural e antrópica. O espaço escavado do fosso que circundava a fortificação foi preenchido por lixo urbano, restos orgânicos e inorgânicos resultantes das festas populares que habitualmente são realizadas no local, o “Sítio Trindade”, e por carreamento de material sedimentar oriundo das partes mais elevadas da colina. A conjugação destes elementos não apenas preencheram o espaço escavado do fosso, mas alteraram sua estrutura original. A erosão pluvial e laminar, associada à percolação, em ação conjunta com efeitos eólicos e de insolação, alteraram alguns dos ângulos, reentrantes e salientes do fosso, bem como de sua escarpa e contra-escarpa. O início do processo pedogenético interferiu em suas dimensões. Face às peculiaridades inerentes ao próprio monumento, o desentulhamento, mesmo que de material recente, deveria ser executado através de procedimentos arqueológicos, em virtude da reconstituição do setoriamento, das cotas, ângulos e inclinações já identificadas em campanhas anteriores. A terceira campanha arqueológica, neste sítio, traduzida neste trabalho, reflete os objetivos desta etapa: o resgate do trecho do fosso escavado nas primeiras campanhas e a avaliação dos efeitos erosivos a que o monumento foi submetido durante este período. Constitui-se, sem dúvida, em uma experiência inédita, pelo menos para a equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE, que realizou as duas primeiras campanhas e teve, nesta etapa, a oportunidade de acompanhar os danos sofridos pelo monumento, causados pelos diferentes elementos erosivos. Este acompanhamento, sem dúvida, gerará conhecimento na área de conservação de monumentos em terra, para os quais se possui pouca ou nenhuma experiência a nível nacional”<sup>2</sup>

O Sítio Trindade, onde existiu, e foi comprovado arqueologicamente, o Forte Real do Bom Jesus, foi tombado pelo IPHAN, em 1996, e posteriormente transformado em Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural, através da Lei Municipal 16.176/96.

Encontra-se praticamente englobado pela cidade do Recife, sendo um parque municipal muito arborizado, como pode ser visto na fig. 5. Nele são realizadas festas populares, com grande afluência da população. Foi construída uma pista de Cooper e ainda funciona uma “academia da cidade”, local onde são ministradas aulas de educação física para membros da comunidade adjacente.

---

<sup>2</sup> ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. Forte Real do Bom Jesus: resgate arqueológico de um sítio histórico. Recife: CEPE, 1988. 64 p. il.



Figura 6 – Vista de trecho do Recife, em imagem do Google, abrangendo a área do Sítio Trindade e o local onde teria existido uma das baterias de sítio, holandesa.

A despeito da utilização dada ao Sítio Trindade, de seu tombamento a nível federal e municipal, o local em que fora localizado o fosso em 1968/69, desentulhado 20 anos depois, passou mais 20 anos sem receber os devidos cuidados. Pássaros e morcegos soltaram sementes da vegetação local no interior do fosso. Sementes que se transformaram em árvores de grande porte pelo fato de se encontrarem protegidas pelo gradil que circunda o fosso. Estas árvores danificaram tanto a escarpa como a contra-escarpa do fosso. Seu sistema radicular penetrou em suas paredes e sua folhagem estimulou o processo pedogenético da superfície do monumento. Poucas eram as pessoas que se lembravam da forma do fosso limpo em 1998, e muito menos descoberto em 1968. Houve, portanto a necessidade de um intenso trabalho de educação patrimonial para demonstrar para a população que aquela vegetação que se encontrava no interior do fosso era invasora e estava destruindo um monumento de tamanha significância.

Coincidentemente, em outro ciclo de 20 anos a Secretaria de Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife novamente convocou a equipe do Laboratório de Arqueologia, não apenas para resgatar o fosso recoberto pela vegetação, mais ainda para estender as prospecções arqueológicas com o objetivo de se localizar alguma informação complementar do perímetro do forte. Teve início, portanto, uma nova etapa da pesquisa arqueológica no Forte Real do Bom Jesus.

## **A PESQUISA ARQUEOLÓGICA REALIZADA EM 2008**

Partindo-se de uma premissa não existente na campanha de 1968, não havia mais dúvidas quanto à existência do fosso que cercava o Forte Real do Bom Jesus, novos problemas se afiguravam. Contávamos certamente com outra realidade operacional, além da experiência acumulada em outras escavações de unidades de defesa. Dentre os objetivos desta campanha arqueológica poderíamos destacar:

1. Os ângulos, tanto salientes como reentrantes, localizados na primeira e segunda campanhas, não permitiam orientar com segurança a planta apresentada na figura 2;

2. Considerando ainda que a planta apresentada na fig. 2 faz referência a duas medidas da fortificação no interior da praça de armas, 111m x 92m, não havia como atribuir com segurança o posicionamento no terreno, hoje circunscrito ao que restou do Sítio Trindade. Sobretudo pelo fato de ocupações recentes terem “estrangulado” o Sítio em todas as direções;

3. Remover a vegetação recente e recompor, na medida do possível, a morfologia do fosso descoberto em 1968/69;

4. Proteger tanto a escarpa como a contra-escarpa com um revestimento de grama de modo a conter a erosão;

Algumas destas ações pretendidas ocorreram simultaneamente. Houve a mobilização da equipe e teve início o trabalho de sondagem da estratigrafia. Nesta etapa foram realizadas sondagens por tradagem manual e ainda por tradagem mecânica, no intuito de avaliar-se a estratigrafia em diversos pontos do terreno. Buscou-se deste modo identificar possíveis indicadores de localização da antiga estrutura do fosso que circundava o forte, e deste modo delimitar sua área de abrangência.

Nesta etapa da pesquisa, duas áreas foram privilegiadas: de início a área contígua ao trecho já escavado do fosso, na face voltada para a Rua Ferreira Lopes; e a segunda, aquela entre o outeiro e o anfiteatro construído em meados do século XX. A escolha da primeira área visou a identificação da tendência de prosseguimento da estrutura do fosso, de modo a propiciar informações para futuras intervenções arqueológicas na área. Na segunda área, dois foram os objetivos: a busca de informações acerca do limite do forte em sua face voltada para o rio; e a origem e efeitos da escarpa, naquele trecho.



A avaliação do potencial arqueológico se fez, em gabinete, concomitantemente com a etapa de prospecção de superfície. Em gabinete se buscou ainda coletar dados textuais e iconográficos, decorrentes tanto da documentação histórica quanto arqueológica. A unidade móvel do Laboratório de arqueologia da UFPE foi instalada no local tendo em vista a manutenção de uma estrutura permanente de apoio às atividades de campo, de modo que, viabilizou uma retroalimentação Gabinete/Campo/Laboratório que permitiu maior segurança e agilidade no andamento da Pesquisa.

Figura 7 - Instalado o Laboratório Móvel, tem início as pesquisas. A unidade é dotada de infra-estrutura necessária ao apoio de suas pesquisas de campo. Além de prover uma equipagem que permite realizar as análises básicas, o laboratório móvel está equipado com sistemas de comunicação (rádio, telefonia, Internet), bancos de dados e um sistema de apresentação de multimídia, contribuindo ainda para a realização das atividades de Educação Patrimonial





Figura 8 - Cobertura vegetal que se encontrava no interior do fosso. O local do fosso foi cercado com uma grade de ferro. Esta área cercada permitiu o crescimento de uma vegetação densa, pois não recebia o mesmo tratamento que o restante do Sítio Trindade. A ausência de uma sinalização no local conduzia as pessoas a pensarem que se tratava de um canteiro.



Figura 9 - Foram realizadas sondagem do perfil do terreno em varias direções, a partir do fosso localizado. O objetivo destas sondagens consistiu em procurar detectar diferenças estratigráficas que sugerissem uma interferência antrópica. A partir destas sondagens nos é permitido supor um considerável trecho da continuação do fosso, ou seja, o terreno se encontra preparado para uma continuação das pesquisas arqueológicas.

Figura 10 - Todas as sondagens foram analisadas no Laboratório de Campo com o objetivo de se buscar qualquer informação que permitisse o seu relacionamento com atividade humana. Esta busca fundamentava-se na experiência de outras campanhas nas quais foi observada a diferença entre o terreno antropizado e o terreno local, integrante do Grupo Barreiras. Foi realizada, além da observação macroscópica, a análise do teor de matéria orgânica através de um processo controlado de decantação.



Figura 11 - Simultaneamente ao trabalho de sondagem da estratigrafia, por tradagem, teve início o setoriamento para as escavações arqueológicas na parte oeste, posição oposta ao fosso descoberto. O objetivo maior seria o de se localizar o outro extremo da fortificação.



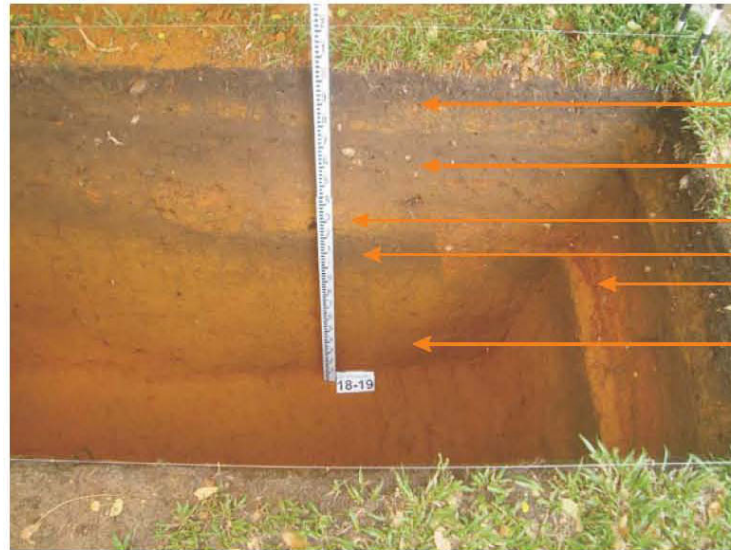
Figura 12 - Tem início a abertura das trincheiras. Embora se busque o perfil geral da trincheira, o controle geral da escavação foi realizado por setores a cada dois metros.

Figura 13 - Após a remoção do Horizonte A, em toda a trincheira, foi realizado uma detecção magnética. Esta é uma camada em que normalmente ocorre projeteis de mosquete.



<b>PROJETO:</b>	PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO SÍTIO TRINDADE	<b>TRINCHEIRA:</b> 01
<b>CONTEÚDO:</b>	Documentação das Camadas e registros das escavações arqueológicas	<b>CORTE:</b> 18-19

Foto panorâmica: Orientação SW



Orientação: SE

- Camada 01
- Camada 05
- Camada 09
- Camada 08
- Camada 10
- Camada 02




Orientação: NW

- Camada 01 e 05
- Camada 09
- Camada 10
- Camada 08
- Camada 02


Trincheira 01	
Corte 18-19	
Camada	Registro
1	4771
1	4772
5	4773
9	4773
8	4775 e 4777
10	sem registro
2	sem registro
Rolado do corte 17-18 e 18-19	4815

<b>CONTEÚDO:</b>	Concentração de material arqueológico entre os cortes 07-08 e 08-09 (camada 01)	<b>TRINCHEIRA:</b> 01	<b>CORTE:</b> 07-08 e 08-09
------------------	---	-----------------------	-----------------------------

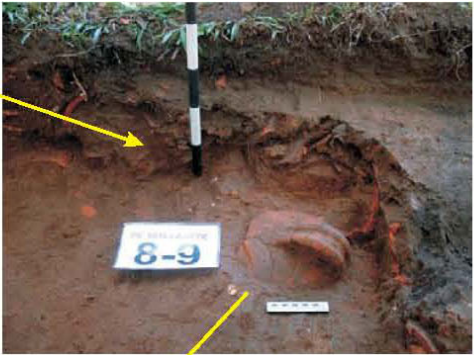
Fotos: Orientação SE  
Prof.: 10cm



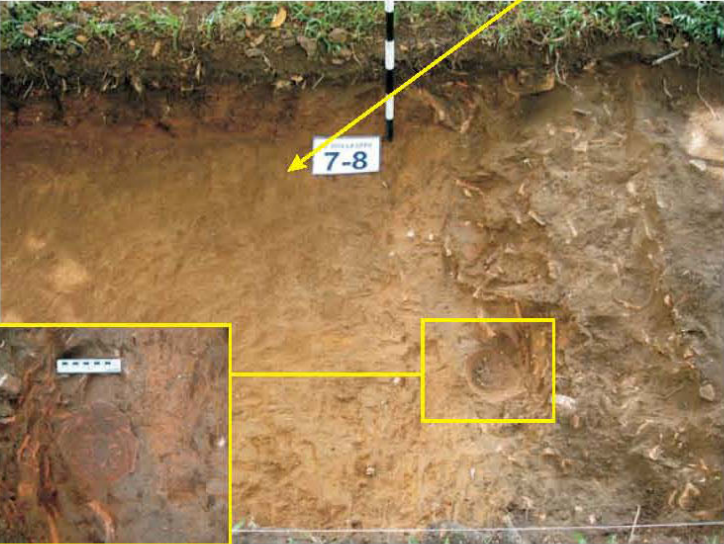
Prof.: 35cm



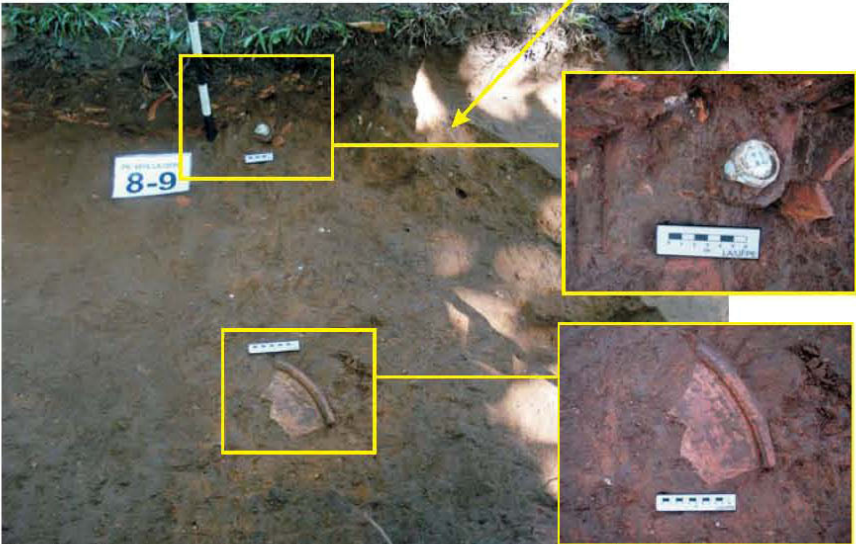
Nestes cortes foram localizados 4.948 fragmentos de telha manual.



Prof.: 35cm



Prof.: 30cm



Base de recipiente cerâmico encontrado durante o rebaixamento do corte 07-08. Peça de ferro NI, 257 frag. de cerâmica, 1604 frag. de telhas.

Borda de recipiente cerâmico, fragmento de um alguidar, e um copo fragmentado em porcelana oriental decorada em azul sobre branco sobre branco. Constituem exemplos do material localizado na camada 01 do corte 08-09.

Figura 14 - Enquanto está sendo executada a detecção magnética da trincheira, o material resultante da camada escavada é peneirado mecanicamente. Com este procedimento o peneiramento não é realizado por amostragem e sim em sua totalidade.



Figura 15 - Enquanto prossegue o peneiramento, o material arqueológico é embalado por camada e por corte para ser encaminhado ao Laboratório Móvel para análise. A terra peneirada é transportada em uma caçamba basculante para ser depositada em um “bota fora”. Esta simultaneidade de operações permite um trabalho ágil e seguro.

Figura 16 - Parte da trincheira voltada para a porção simétrica ao fosso descoberto em 68. Observa-se a existência de um horizonte A, recente, na parte superior do corte, bem como um paleo-horizonte A na porção mediana do corte. Este paleo-horizonte corresponde à superfície de ocupação contemporânea a ocupação do forte no século XVII.



Figura 17 - Faiança encontrada na superfície do páleo-horizonte A, descrito na figura anterior e que corresponde a cronologia de ocupação do Forte Real do Bom Jesus.



Figura 18 - Enquanto a escavação das trincheiras tinha prosseguimento, outra unidade encarregava-se da retirada da vegetação do interior do fosso.

Figura 19 - Algumas árvores tiveram que ser amarradas no Land Rover com a finalidade de disciplinar a sua queda sem riscos para a estrutura da escarpa.



Figura 20 - Com a retirada da vegetação as formas do antigo fosso começam a se tornar perceptíveis.



Figura 21 - Com a retirada da vegetação de grande porte inicia-se o processo de avaliação de danos, tanto da escarpa como da contra-escarpa. Como consequência desta avaliação foi retirada a camada de húmus produzido nos últimos 20 anos.

Figura 22 - Parte da contra-escarpa do fosso sendo revestida de grama esmeralda. Este tratamento deverá conter a erosão e permitir uma melhor visualização desta estrutura de defesa do Forte Real do Bom Jesus.



Figura 23 - Visão do revestimento do fosso e de sua morfologia. Observa-se, na parte central, a existência de um fosso duplo. Foto tomada após uma chuva torrencial em Recife. No momento está sendo estudado um sistema de drenagem para evitar o acúmulo de águas pluviais durante o inverno.



Figura 24 - Durante toda a escavação havia duas unidades voltadas para educação patrimonial. Milhares de pessoas foram atendidas. Sempre era realizada uma previa antes da visita as escavações.



Figura 25 - Foto tomada da praça de armas em direção ao Leste. O desnível existente entre a quota da praça de armas e a cumeeira das casas, demonstra que a porção mais extensa do Forte Real do Bom Jesus, visto na planta citada na com aproximadamente 111 metros, se encontrava no sentido longitudinal do Sítio Trindade. Esta escarpa natural serviria de obstáculo natural ao assédio do inimigo. O mesmo ocorrendo com a parte posterior.



Figura 26 - Equipe básica que trabalhou nas escavações da quarta campanha arqueológica realizada no Forte Real do Bom Jesus.

## Considerações Finais

O detalhamento das conclusões advindas não apenas dos resultados obtidos em campo, na análise da estratigrafia, mas ainda de sua associação com os resultados analíticos de laboratório, se encontra no Relatório final desta campanha de pesquisa. Naquele documento a apresentação das conclusões se fez à medida que foram sendo tratados cada um dos conjuntos escavados, de modo a aproximar as conclusões das demonstrações (resultados da escavação/ estratigrafia/ material analisado). Nesta apresentação, que busca sintetizar não apenas os resultados alcançados, mas ainda a construção do conhecimento através de sucessivas abordagens de um sítio complexo e extenso, nos ativemos apenas a uma enumeração simples dos principais avanços obtidos, que condensa o somatório das conclusões apresentadas em cada segmento abordado no citado Relatório.

a. A escolha do local para a implantação do forte além de atender ao cerco que se fazia aos holandeses, buscando confiná-los entre Olinda e o porto em Recife, é capaz de cobrir o principal acesso à época, aos engenhos da várzea do Capibaribe, uma das principais zonas produtoras de então.

b. Considerando as técnicas da engenharia militar portuguesa, no século XVII, o traçado irregular da fortificação reflete a prática de se aproveitar das vantagens oferecidas pelo terreno, reforçando com obras de defesa suas vantagens topográficas.

c. Nestes termos, a opção por um terreno mais elevado, que se destacava das terras baixas da várzea.

d. Os novos resultados alcançados reforçam a hipótese levantada na 2ª campanha de pesquisa, de que a planta encontrada em Haia, não corresponde exatamente, em seus ângulos reentrantes e salientes, ao forte construído.

e. Ainda que proporcionalmente apenas uma pequena extensão do conjunto do fosso tenha sido resgatado, pode-se afirmar que a praça fortificada do Forte Real do Bom Jesus ocupava no atual Sítio da Trindade a área entre as cotas 18 a 20;

f. A parte alta do Sítio da Trindade, na qual foi construído o Forte Real do Bom Jesus, é constituída pela formação sedimentar, pré-quaternária do Grupo Barreiras. Em sua porção superior apresenta o horizonte A, que, embora desgastado, corresponde aproximadamente à superfície de ocupação contemporânea ao Forte.

g. No entorno da cota 18 parte da superfície ocupada no século XVII, se encontra sob as camadas decorrentes da destruição da muralha.

h. Parte da área anteriormente ocupada pelas estruturas de defesa do forte foi integralmente destruída pela ocupação da área do entorno, com a abertura de ruas e a construção de casas.

i. As escarpas, que ainda podem ser observadas, foram utilizadas como elementos de defesa do forte, servindo a guisa de fosso naquelas faces.

A retomada de uma análise da iconografia coeva nos conduz a refletir sobre o tema do cerco do Forte Real do Bom Jesus (o velho). E como nos referimos anteriormente, a localização das posições holandesas é mais um desafio para a arqueologia deste monumento a resistência brasileira aos holandeses, no século XVII.

## **Bibliografia**

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Brasília: Universidade Brasília, 1982

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. **Arraial Novo do Bom Jesus: consolidando um processo, iniciando um futuro**. Recife: Graftorre, 1997. 225 p. il.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; WALMSLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco: imagens do presente e do passado**. Recife: Graftorre, 1999. 204 p., il.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. **Forte Real do Bom Jesus: resgate arqueológico de um sítio histórico**. Recife: CEPE, 1988. 64 p. il.

CALADO, Manuel, Frei. **O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade**. Recife: FUNDARPE, 1985. il. (Coleção Pernambucana – 2ª fase, 13).

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil**. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. il. (Coleção Recife, 12).

CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GASPAR, Lúcia. **Movimento de Cultura Popular**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=309&textCode=11411&date=currentDate>>

Acesso em: 26 nov. 2009.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada**. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654. São Paulo: Forence-Universitária (Editora da Universidade de São Paulo), 1975

MELO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte de Brasil. 3 ed. Recife: Massangana, 1987.

PRESERVAÇÃO do patrimônio cultural de Pernambuco. Recife: FUNDARPE, 2009.

SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra**. Recife, FUNDARPE. 1984. 612 p. il. (Coleção Pernambucana – 2ª fase, 1)

SIMÃO, Maria Cristina Rocha de. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.